



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Sociologia da Educação
Sinop, v. 9, n. 3 (25. ed.), p. 1244-1264, nov./dez. 2018
ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: uma discussão a partir da obra de Pierre Bourdieu¹

EDUCATION AS A TOOL FOR SOCIOECONOMIC INCLUSION: a discussion from the work of Pierre Bourdieu

Tábata Moura Fayan

Kênia Kemp

RESUMO

Estudo de revisão bibliográfica sobre a educação como reprodução social conforme Pierre Bourdieu. Confronta conceitos tais como os de capital cultural no desempenho escolar, sua relação com herança familiar e expectativas de ascensão social através do título de ensino superior. Analisa ainda, dados socioeconômicos como Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira interpretados pelo viés do autor. Defende a construção de uma escola crítica menos comprometida com a reprodução social e sim com a diversidade de saberes e a criação de oportunidades de ascensão social e *status* baseados em critérios mais equitativos.

Palavras-chave: Sociologia da Educação. Cultura e Educação. Estrutura social. Ascensão social. Revisão bibliográfica. Reprodução social.

ABSTRACT

Study of bibliographic review on education as social reproduction according to Bourdieu. It confronts concepts such as those of cultural capital in school

¹ Versão adaptada e revisada de Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Pedagogia do Centro Universitário UniMetrocamp-Wyden, Campinas (SP), sob a orientação da Ma. Kênia Kemp.

performance, its relation with family in heritage and expectations of social ascension through the title of higher education. It also analyzes socioeconomic data such as PNAD and INEP interpreted by the author's bias. It defends the construction of a critical school less committed to social reproduction, but with the diversity of knowledge and the creation of opportunities of social ascension and status based on more equitable criteria.

Keywords: Educational sociology. Education and culture. Social structure. Social mobility. Literature reviews. Social reproduction.

Correspondência:

Tábata Moura Fayan. Especialista em Pedagogia (UniMetrocamp-Wyden).

Professora da Educação Infantil no Colégio Franciscano Ave Maria. Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: tabata.moura@outlook.com.br

Kênia Kemp. Mestre em Antropologia Social (Unicamp). Professora Assistente II no

Centro Universitário UniMetrocamp-Wyden, Curso de Pedagogia. Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: kenia.kemp@unimetrocamp.edu.br

Recebido em: 19 de julho de 2018.

Aprovado em: 17 de outubro de 2018.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3262/2413>

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresentará uma breve reflexão sobre alguns conceitos de Pierre Bourdieu, um sociólogo que dedicou suas últimas obras à sociologia da educação, e pode contribuir para uma educação moderna mais igualitária. A partir de Bourdieu vamos abordar o fato da inclusão socioeconômica ser duplamente mais difícil para as crianças que nascem em uma classe social subalterna. A percepção crítica de que a educação privada de qualidade é efetiva e auxilia a manutenção de status, enquanto a educação pública não o é, materializa-se na obra desse autor. A educação pode então atuar na mobilidade social de duas maneiras, por um lado com o poder de reproduzir uma estrutura social indefinidamente, ou de outra forma, assumir o poder de quebrar este ciclo atuando de maneira efetiva para uma sociedade mais igualitária.

A recente expansão do acesso à educação superior ocorrida no Brasil pode representar a oportunidade de aquisição de um capital cultural de extrema importância para jovens oriundos de classes subalternas, no entanto não os transformam em indivíduos que conseguem disputar nas mesmas condições as posições já legitimadas dos jovens oriundos de camadas privilegiadas.

O levantamento e a revisão bibliográfica abrangem estudos de sociologia da educação, de análise de pedagogos e profissionais da educação sobre currículos, avaliações, exames e formas de seleção, relacionando com autores e pesquisadores brasileiros com a teoria de Bourdieu. A revisão bibliográfica pretende esclarecer sobre o perfil de jovens no que se refere à titulação, renda familiar, instituições de ensino anteriores para mapeamento social de suas carreiras e trajetórias no ensino escolar e no mercado de trabalho. Além de considerarmos dados secundários como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni), Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os dados utilizados permitem uma leitura da relação entre educação e desigualdade social no Brasil tendo como pano de fundo o conceito de reprodução social, contrariamente a uma interpretação linear que os utiliza meramente enquanto retrato da crescente inclusão. Assim torna-se possível um diálogo entre os diferentes ângulos que constroem a experiência social onde educação, ascensão e políticas interferem na percepção de estratégias individuais de posicionamento social e resultados efetivamente obtidos.

Nesta perspectiva, o crescente acesso a titulação como a do ensino superior pode ser criticamente interpretada demonstrando que tais políticas não podem ser tomadas enquanto a única ferramenta de transformação da educação como ferramenta legítima para a conquista de uma sociedade mais equitativa. Mas antes, que a reprodução social e portanto, as desigualdades, podem adquirir novos contornos que precisam ser discutidos da perspectiva de uma educação transformadora.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa. Segundo Marconi, M.A, Lakatos (2004) a metodologia qualitativa tem

como objetivo analisar aspectos do comportamento humano, investigando atitudes e tendências. Visando buscar um aprofundamento das reflexões sobre os conceitos do autor Pierre Bourdieu foi optado por realizar uma pesquisa de cunho qualitativo e revisão bibliográfica.

Tal revisão não buscou apenas um caráter descritivo de conceitos, mas antes uma abordagem comparativa com outros autores, bem como com dados gerados a partir da realidade local da sociedade brasileira. Assim, buscou-se levantamento de dados de pesquisas fundamentadas no Brasil como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). “Aprender a pesquisar e ler ideias dos autores não é apenas repetir, mas construir um caminho e pensar com suas próprias ideias” (DEMO, 2000).

Desta forma segundo os autores acima, a pesquisa bibliográfica não é apenas uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim, proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

3 BOURDIEU E A COMPREENSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A partir dos estudos de Bourdieu podemos ter um olhar diferenciado para a sociedade e para a educação, compreendendo como acontece a reprodução social, e a partir disso, analisar o atual processo de mudanças de acesso a educação superior no Brasil.

Em sua obra **Escritos da Educação** o autor nos proporciona uma estatística pessimista que infelizmente podemos comparar à nossa realidade brasileira.

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àqueles de um jovem de classe média. (BOURDIEU, 2003, p. 41).

Essa estatística comprovada por Bourdieu abrange uma média de todos os cursos de nível superior. De acordo com o autor, estes números podem dobrar caso

os cursos escolhidos sejam os mais concorridos. A pesquisa de Zago, realizada em uma determinada Universidade reforça a afirmação de Bourdieu ao apresentar os seguintes dados.

Dos 35.278 inscritos, 19.160 (54%) haviam frequentado algum tipo de cursinho, e das 3.802 vagas oferecidas pela instituição, 2.376, ou seja, mais da metade (62%), foram preenchidas por candidatos com essa formação complementar, índice que sobe para 80% ou mais nos cursos mais concorridos. (ZAGO, 2006, p. 23).

A educação dessa forma, reproduz indiretamente a desigualdade existente na sociedade. A dominação que acontece nas estruturas sociais se reflete na educação. Este fato, de acordo com Bourdieu, é uma violência mediante forças simbólicas, ou seja, pela doutrinação e dominação. Uma mudança social na direção de maior equidade, passa portanto pela mudança nos sistemas de educação.

Enquanto os jovens de classes superiores sentem-se confortáveis nas universidades, pois foram socializados em ambientes culturalmente semelhantes, os jovens das classes populares, acreditam que aquele ambiente “não lhes pertence”. O *habitus* de jovens de classes sociais diferentes interfere portanto nas carreiras estudantis. Desta maneira os jovens reproduzem nas universidades a hierarquia existente na sociedade. E mesmo que eventualmente, um jovem oriundo das camadas subalternas venha a atingir um *status* social de “diplomado” o que de fato resulta é uma ocupação de posições, sem significado de legitimação ou reconhecimento de capacidades e habilidades equivalentes às dos jovens das camadas superiores. A ascensão para os jovens de classes subalternas é acompanhada não mais que uma mera sensação de empoderamento, sem talvez, resultados efetivos em suas conquistas, visto da perspectiva da manutenção da hierarquia.

Trata-se de um “padrão” que se repete desde os primeiros anos da escolarização até o ensino superior. Quando, por inúmeras razões venham, em sua trajetória escolar, a ingressar em instituições nas quais predominam estudantes de famílias de classe superiores, as crianças das classes subalternas enfrentam grandes dificuldades de adequação social, uma vez que seus *habitus* são diferentes. Elas podem não entender as regras e as convenções sociais, o que dificulta processos de identificação e socialização. Sendo assim, é um desafio inserir essas

crianças em escolas com diferentes ambientes culturais que normalmente lhes são ofertadas.

Nesse contexto, a escola acaba por se materializar como uma instituição que favorece crianças e jovens com *habitus* semelhantes, se tornando um ambiente desfavorável às diferenças. Para essas crianças e jovens, escolas e universidades são apenas uma extensão de suas famílias. Segundo Demo (2004, p.101) “trata-se de processo manipulativo das condições dos outros perante a minoria que com isso se privilegia, reduzindo maiorias a massa de manobra”. A partir de Demo, podemos notar o potencial de generalização dos conceitos de Bourdieu, pois encontram consonância no Brasil. Isso demonstra que de fato a educação tem um papel importante na reprodução social e sua hierarquia.

As políticas públicas sociais de educação como Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni) que têm como objetivo ofertar subsídios para financiamento da educação superior privada; Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ou Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que têm como objetivo democratizar as formas de seleção para o ensino superior, fazem parte de um esforço governamental para inclusão e respondem tanto a demandas das classes sociais excluídas do ensino superior quanto a pressões de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do mercado global.

Se por um lado isso permitiria uma análise do avanço de processos democratizantes no que se refere ao acesso ao ensino superior, podem ser apresentadas análises que demonstram que, o mero fato da conquista de títulos acadêmicos não necessariamente resultam em equidade de ingresso no mercado de trabalho.

Os dados publicados pelo Inep acerca da trajetória e evolução dos estudante que ingressaram no ensino superior desde 2010 e estão reproduzidos na tabela a seguir, demonstram que no ano de 2014, dos ingressantes em nível superior 49% desistem, e esta taxa aumenta para 52,7% quando se fala de instituição privada, porém ainda em instituições públicas as taxas de desistências são altas, contando com 46,2%, ou seja, mesmo na instituição pública em que não se tem a despesa de mensalidade a taxa de desistência consiste em mais de 40%. Apesar de tais programas promoverem camadas antes excluídas, não se concretizam como uma

mudança da estrutura social pois, através desses programas, muitos jovens ingressam em universidades, porém suas trajetórias sociais são distintas dos jovens ingressantes de classes superiores.

Tabela 1 – Trajetória dos estudantes no curso de ingresso. Evolução dos indicadores no período de 2010 a 2014

Trajetória dos estudantes no curso de ingresso					
Evolução dos indicadores de trajetória dos estudante no curso de ingresso (coorte de ingressantes de 2010) - Brasil 2010-2014					
	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de permanência	86,8	68,2	54,2	37,6	21,2
Taxa de conclusão	1,8	4,7	9,8	19,4	29,7
Taxa de desistência	11,4	27,1	36,0	43,0	49,0
Rede Privada	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de permanência	84,6	63,7	48,2	30,9	16,0
Taxa de conclusão	2,3	5,9	12,6	22,7	31,3
Taxa de desistência	13,1	30,4	39,1	46,4	52,7
Rede Federal	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de permanência	90,9	77,1	66,7	53,7	34,9
Taxa de conclusão	0,8	1,8	2,9	9,4	22,5
Taxa de desistência	8,3	21,1	30,4	37	42,6

Fonte: Inep. Censo Superior da Educação (2015). Formatação adaptada pelos autores.

Portanto é possível afirmar que o acesso à universidade existe, mas não reverte de forma definitiva a situação de dificuldade de mobilidade social como apontado por Bourdieu. São necessárias também políticas eficazes voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino até sua conclusão. Os cursos, oferecidos no período noturno atraem a classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida através do ensino superior. Porém ao ingressar, os acadêmicos encontram inúmeras dificuldades para se manter na Universidade. Além de um capital cultural inferior ao predominante no meio acadêmico, não obtêm um desempenho equivalente ao que é instituído como padrão por não se dedicarem em tempo integral ao aprendizado. Em geral jovens das camadas superiores dedicam-se com exclusividade à vida acadêmica durante toda sua jornada na universidade e com isso apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica, o que lhes traz uma maior vantagem sobre aqueles que não contam com essa possibilidade, limitados geralmente por fatores econômicos.

Apesar da crescente valorização da qualificação profissional, considerada requisito-chave para a inserção no mercado de trabalho, pesquisa recente feita por Ramos em 2006 (apud LEMOS *et al*, 2009 p. 370) indica que um contingente expressivo de trabalhadores brasileiros mais escolarizados não conseguem obter ocupações compatíveis com suas qualificações. A escolarização por si só não soluciona o desejo de ascensão social e empregabilidade, e assim infelizmente, a escolarização continua a reproduzir o sistema social. Isso se torna crítico, por exemplo, no momento em que para sua empregabilidade são avaliados idiomas, viagens, cursos extracurriculares que não compõem seu capital cultural.

De acordo com a referida pesquisa, o desemprego afeta de forma mais intensa indivíduos que apesar da elevada escolaridade, considerado aqui como curso superior completo, são oriundos de estratos sociais de baixa renda. Segundo Ramos, o desemprego entre os mais pobres é dezessete vezes maior do que entre os mais ricos, considerando-se o mesmo nível de estudo. O contraste entre os resultados da pesquisa e a mencionada valorização da formação profissional enseja a indagação quanto ao impacto da qualificação na empregabilidade do indivíduo. Será a qualificação profissional de fato um elemento decisivo para a obtenção de emprego/trabalho, ou podemos concluir que essa é apenas mais uma exigência para a empregabilidade, porém subordinada em importância à origem social de seu detentor?

Ademais, esses dados chamam atenção para elementos importantes, porém menos objetivos, que também afetam a empregabilidade dos trabalhadores: a origem social associada a sua rede de relacionamentos. De acordo com Ramos, o “berço” é fundamental para garantir a inserção no mercado de trabalho, isso não significa que a educação não seja relevante no que tange à empregabilidade. Veremos adiante de que forma essa rede social de relacionamentos pode ser mais um fator de reprodução social.

Segundo o levantamento de dados, ressaltam-se três principais pontos na trajetória dos jovens socialmente subalternos quando ingressam em universidades: uma porcentagem não termina os estudos por falta de manutenção econômica; o jovem possui a bolsa da universidade, mas ainda carece de recursos financeiros para sua manutenção como meios de locomoção, vestimenta, alimentação e material didático; outra porcentagem termina os estudos mas o seu diploma não tem

a mesma legitimidade do que o de um jovem da camada superior, pois este jovem quase sempre está inserido nas melhores universidades, faz seus estágios nas melhores empresas, pois sua família possuem bons contatos.

Ainda de acordo com Lemos *et al* (2006), enquanto apenas 15% dos jovens de classes mais populares contaram com indicações de conhecidos e familiares, essa proporção foi de 43% entre os jovens de camadas superiores, onde também 11% trabalham na empresa de sua própria família. Outro fator a ser destacado nesse “mapeamento” do capital cultural, é a realização de intercâmbios internacionais para aperfeiçoamento nos estudos e em outras línguas durante o curso superior, como mostra a pesquisa realizada por Lemos *et al* (2009). Eles apontam que o hábito de viajar totaliza 98% nas classes com rendas acima de doze mil reais, contra 55% na classe média, considerando-se aqui a renda inferior a cinco mil reais.

Diante de tantas desigualdades durante a formação acadêmica, os dados sugerem que apenas a minoria dos jovens ingressantes através de programas sociais conseguem alcançar efetivamente ascensão social. Isso confirma a teoria da reprodução de Bourdieu que afirma que os filhos tendem a reproduzir a “vocaçãõ” das carreiras universitárias de seus pais. No entanto, não pode ser ignorado o fato de 22% dos indivíduos egressos de cursos de graduação são oriundos de famílias mais populares com pais sem formação acadêmica, mostrando-nos a possibilidade concreta de se romper com a “vocaçãõ” herdada dos pais, à qual se refere Bourdieu.

A educação precisa deixar de ser meramente reprodutora, para ser uma educação que construa uma sociedade mais equitativa, uma sociedade em que todos tenham acesso em igual condições às oportunidades que decorrem da titulação escolar. O sistema escolar provavelmente não vai conseguir sozinho igualar as oportunidades ou promover cultura para todos, mas pode, no entanto, não reforçar a desigualdade. Dentro dessa perspectiva, uma educação crítica deveria partir dos pressupostos da reprodução apontados por Bourdieu, visando transformações efetivas que contemplem os mecanismos através dos quais os *habitus* e os sistemas estruturantes das diferenças sociais possam ser atingidos.

Seria possível romper a educação reprodutora através de algumas estratégias pedagógicas? Muitas vezes falta a percepção dos próprios docentes sobre a condição do capital cultural dos alunos. Assim, torna-se fundamental sensibilizar o

corpo docente sobre a realidade da educação reprodutora e excludente existente nas instituições, para que possam realizar estratégias de mudanças, trazendo para dentro das escolas atividades que promovam uma educação com objetivos de formar alunos críticos e autônomos.

Em um artigo recente de Petroski (2015, p.185) encontramos dados que apresentam um quadro preocupante por ele encontrado nas instituições de ensino superior. Em uma breve pesquisa dos estudantes do curso de Pedagogia, aponta que 40% dos pais não compram livros para seus filhos universitários, 75% dos alunos não frequentaram nenhum museu no ano de 2014, 64% não frequentou nenhuma peça de teatro no ano de 2014 e ainda 37% afirma possuir alguma dificuldade na escrita, ou seja, nesses cursos, a instituição de nível superior somente está formando pedagogos reprodutores da reprodução social, sem agregar um capital cultural necessário para o aprimoramento desses estudantes. As instituições escolares, como aponta Bourdieu, não são espaços neutros. Eles reproduzem e legitimam a cultura da classe dominante como sendo a cultura a ser seguida. Dessa maneira, a ordem social é mantida e os bens simbólicos do conhecimento, capazes de atribuir poder, permanecem como hegemonia de uma elite social.

4 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E OS ANTECEDENTES ESCOLARES

Zago (2006), Rodrigues (2004) e Nogueira (2014) são autores que já colaboraram enormemente para a compreensão da teoria de Bourdieu e a aplicação de seus conceitos em nossa realidade. A desigualdade de oportunidades escolares começa desde a infância e permanece durante toda a trajetória escolar. Considerando as classes sociais como determinantes para o acesso e consumo de capital cultural e produtos agregados, ressalta-se o fato da disponibilidade de materiais educacionais de melhor qualidade incluindo material de consumo como cadernos e canetas, escolas que contam com equipamentos e infraestrutura que proporciona a infância mais estímulos, sejam visuais, auditivos, cognitivos ou intelectuais. São fatores que interferem de maneira significativa no aprendizado desde as fases iniciais da educação.

Em várias pesquisas são analisados dados de investimentos econômicos com os estudos e o rendimento escolar *versus* rendimento econômico; bem como

aparecem ainda as despesas decorrentes dos estudos e o equivalente em dinheiro ao tempo dedicado aos estudos.

O rendimento escolar depende diretamente do capital cultural familiar e do indivíduo, além do capital social também herdado pela família. O capital cultural favorece ainda diretamente nos sistemas de seleção intra e extra-escolar uma vez que os indivíduos desenvolvem uma linguagem apreciada pelos professores, além ainda de conseguir compreender melhor as questões que lhes são impostas.

A falta de esperança parece aumentar ao longo do percurso escolar, à medida que a criança toma conhecimento de seu contexto socioeconômico e tem capacidade de perceber que, mesmo cumprindo todas as etapas escolares não irá alcançar os mesmos níveis de conhecimento das classes mais favorecidas (ZAGO, 2006, p. 231).

Deste modo, quando chegam ao Ensino Médio percebem que no fundo não existe uma “escolha de curso”, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato ao vestibular julga suficientes para realizar a prova de acordo com seu nível de conhecimento. Neste momento, muitos consideram o primeiro vestibular como um “exercício” ao invés de encararem como uma prova, pois não obtiveram as mesmas oportunidades de alunos de escolas privadas e nem de instituições preparatórias de vestibulares. Isso pode ser revelador de baixa autoestima, além de representar uma fase de enfrentamento de limites marcantes em suas experiências de ingresso à vida adulta.

5 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A AÇÃO PEDAGÓGICA

Para o sociólogo francês, violência simbólica é uma violência “invisível”, adotada por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, na qual o dominado é vítima de um sistema arbitrário que a realidade apresenta. Bourdieu nos afirma que dentro da educação toda ação pedagógica é uma violência simbólica (BOURDIEU, 2014, p. 26), através de um poder arbitrário, pois o indivíduo está submetido às desigualdades da sociedade, faz o que suas estruturas determinam, mas o faz inconscientemente e ainda é iludido pelo discurso dominante, que o faz pensar que sua ação é resultado de sua própria vontade.

Assim o sistema de ensino funciona como um filtro para os alunos sem que eles se deem conta, reproduzindo e reforçando o sistema de classes que se torna intransponível.

Esse fato acontece desde o nascimento do Brasil como nação, pois a primeira instituição de ensino surgiu com a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos que habitavam a terra descoberta, porém excluindo totalmente a cultura indígena de nossa formação social. A intenção de catequizar nada mais era que modelá-los aos interesses do povoamento português. E assim a educação se sucedeu por séculos a partir de um esquema eurocêntrico e elitista.

No século XX como podemos ver com Hilsdorf (2013), durante o mandato de Getúlio Vargas com o Estado Novo surge uma ideia de universalização da educação, pois até então a educação era apenas para os brancos. Essa necessidade de universalização aconteceu como decorrência da chegada da industrialização em nosso país. Como seu resultado inevitável, inicia-se o processo de urbanização e muitos moradores rurais migram para as cidades em busca de empregos nas indústrias. Assim a necessidade de mão de obra qualificada, que não exige sujeitos críticos e autônomos, mas apenas pessoas qualificadas para exercer a função “maquinista”, ou seja, funções repetitivas. Evidentemente o Estado Novo implementou uma educação de ordem centralizadora, autoritária, nacionalista e pautada pela ideia de modernização. Hoje compreende-se que essa política de Estado Novo de uma universalidade do ensino era, entretanto, voltada para a intenção de moldar os estudantes para serem apenas mão de obra qualificada para a indústria. Assim é possível concluir que durante toda a história do país até os dias atuais as instituições de ensino são uma ferramenta de modelagem.

Segundo Bourdieu o Estado tem a posse do monopólio da manutenção da reprodução social. Uma instituição de ensino que poderia produzir e reproduzir uma educação crítica, de ensino igualitário, mesmo com os avanços democráticos globais, ainda reproduz os *habitus* tão conforme quanto possível aos princípios do arbitrário cultural que ele é destinado a reproduzir. Assim são reproduzidos interesses políticos de manipulação social de tal forma que a classe dominante controle o poder sem um enfrentamento radical por parte do restante da sociedade.

Podemos perceber que na história da educação brasileira, a violência simbólica sempre fez parte das políticas da educação. Apesar de uma legislação

educacional democrática, não existe de fato uma escola que permita uma distribuição mais equitativa das formas de saber.

6 O DIPLOMA E O CARGO

Ainda de acordo com Bourdieu e Passeron em **A Reprodução** (2014), na maior parte das pesquisas de mobilidade social, as comparações históricas não consideram o que realmente importa no contexto da ascensão social, ou seja, a permanência de escolarização, da relação entre palavras e coisas, entre diplomas e cargos, entre o nominal e o real, ou seja, entre a denominação de cargos ocupados ou títulos e a realidade experimentada em função disso.

A mobilidade social depende de vários fatores que influenciam diretamente na obtenção e manutenção da renda. Para isso, o Sistema de Ensino (SE) parece colaborar efetivamente como uma variável importante. Considerando a relação entre educação e mercado de trabalho, é nítido seu compromisso com a estrutura social, uma vez que é exclusivamente seu papel a preparação dos indivíduos para uma das inúmeras categorias da força de trabalho. São os compradores de força de trabalho, ainda segundo aqueles autores, que reduzem ao máximo a autonomia dos SE. Uma economia capitalista como a nossa tende a ter um SE parcialmente medieval, mantendo a estrutura de classe que realiza o jogo “entre diploma e cargo”.

Como já citado o diploma superior é considerado instrumento legítimo pelas classes subalternas para uma mobilidade social e obtenção de maior capital cultural, “o diploma ‘universaliza’ o trabalhador porque, análogo nesse aspecto à moeda, transforma-o num ‘trabalhador livre’ no sentido de Marx” (BOURDIEU, 2003, p. 132). Como forma de qualificação para o mercado de trabalho, o SE está, portanto diretamente ligado ao aparelho econômico, e não exclusivamente como no imaginário do senso comum, ao campo do conhecimento.

Zago (2006) afirma que a classe dominante utiliza sua titulação em suas próprias estratégias de reprodução, mantendo a reprodução na estrutura de classes mesmo diante daqueles que também são diplomados. Funciona de maneira que ao oferecer sua força de trabalho no mercado todos querem valorizar seus diplomas, entretanto os contratantes oferecem para a maioria preços inferiores que garantem apenas salários mínimos de sobrevivência. De fato a força de um diploma reflete o

capital social e cultural que o indivíduo adquiriu ao longo de sua vida, e não força de subversão nas estruturas de classes.

7 CAPITAL CULTURAL

Segundo Bourdieu existem diferentes tipos de capital como econômico, simbólico, social e cultural. Dentro deste há três variações: (1) objetivado, que diz respeito à propriedade de objetos culturais valorizados como livros, obras de artes, monumentos, pinturas, escritos. Os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural; (2) incorporado, que se refere a cultura legítima internalizada pelo indivíduo, ou seja, habilidades linguísticas, postura corporal, conhecimento, crença, hábitos e comportamentos relacionados à cultura dominante. O capital cultural incorporado depende, portanto, do tempo livre que a família pode assegurar ao indivíduo, ou seja, do tempo liberado da necessidade econômica; e por fim o (3) capital cultural institucionalizado, que se refere à posse de certificados escolares, ou seja, o conhecimento valioso, que nada mais é que títulos. A competência cultural que o diploma confere ao indivíduo tem um valor juridicamente garantido no que diz respeito à cultura.

Desta maneira Bourdieu utiliza o termo capital cultural para se referir ao poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente hegemônicos e determinados por padrões das camadas superiores. Assim, a hierarquia cultural reforça as divisões sociais e a atribuição/percepção de *status* na medida em que elas são utilizadas para classificar os indivíduos segundo a acumulação desse capital cultural.

Por ser algo imposto historicamente o sucesso escolar depende, em grande parte, do capital cultural possuído pelo indivíduo. O sistema escolar cobra dos estudantes uma série de atitudes, comportamentos, conhecimentos e um conjunto de habilidades linguísticas que apenas aqueles socializados na cultura dominante possuem. Talvez muitos dos educadores não possuam essa percepção crítica, ocupando o papel ativo de reprodutores desse sistema. O rendimento escolar da ação escolar depende então do capital cultural previamente investido pela família. Isso também acontece no mercado de trabalho, que valoriza para o acesso às

posições de maior prestígio, não apenas o conhecimento técnico específico, mas a capacidade do candidato de se comportar e se comunicar de forma elegante, ou seja, de acordo com os padrões da cultura dominante. Da mesma forma como existe uma hierarquia social baseada na renda, há também aquela baseada na qualidade e quantidade de capital cultural.

Existem outros autores, como por exemplo, Sacristán (2000) que em seu livro “O currículo: Uma reflexão sobre a prática” descreve os métodos utilizados para elaboração dos currículos escolares e explica, a partir da teoria de Bourdieu, que os currículos são construídos a partir dos interesses das classes dominantes.

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É antes um modo de organizar uma série de práticas educativas. (SACRISTÁN, 2000, p. 14).

O autor aponta que como construção cultural o currículo dissemina socialmente os saberes e práticas. Não se trata de algo abstrato sem intenções, é algo que interfere diretamente na sociedade, na população, algo que pode mudar uma cultura lhe atribuindo dinamismo. O conceito do capital cultural de Bourdieu é portanto atualizado e aponta para o fato que os currículos podem cumprir um papel decisivo através do qual uma classe transmite suas ideias por meio de disciplinas e conteúdos que reproduzem seus próprios interesses tornando legítimos seus valores enquanto superiores aos das demais classes. O currículo teria por outro lado, o poder de transformar uma sociedade através de práticas pedagógicas decisivas para novos arranjos hierárquicos menos excludentes. Entretanto, como já citado anteriormente, existe um padrão cultural imposto historicamente pela classe dominante, fazendo da escola uma máquina de reprodução social. Concordando com Sacristán, o mesmo currículo oferecido em duas situações economicamente diferente terá resultados diferentes. Uma escola economicamente desfavorecida, em seu SE ofertará o mínimo necessário para as crianças, enquanto as escolas economicamente favorecidas o seu currículo é plenamente aproveitado. Segundo a fórmula célebre de Bourdieu,

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de

transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 2003, p. 53).

Bourdieu sustenta que a escola sanciona, valoriza e cobra não apenas o domínio de um conjunto de referências culturais e linguísticas, mas também um modo específico de se relacionar com a cultura e com o saber. A sociedade produz, e a escola reproduz os modos como os indivíduos se apresentam nos contextos sociais, portanto há uma “carreira” condizente com os tipos de capital que seguem os indivíduos a partir de seu “berço”. A cultura dominante pode ser adquirida de duas maneiras, por familiarização insensível que ocorre em estágios mais precoces, ou por inculcação escolar que surge mais tardiamente. Deduz-se portanto que no primeiro caso os indivíduos de estratos desfavorecidos estão excluídos. Porém é bom lembrar que as experiências primitivas do indivíduo, que costumamos designar como “socialização primária”, pesam com força sobre as experiências ulteriores, marcando-as duravelmente. A relação de intimidade com a cultura só atinge seu ápice quando produzido pela ação pedagógica familiar, permanecendo de modo duradouro por ser desde o nascimento seu *habitus* familiar.

Em uma aproximação da teoria de Bourdieu com a realidade brasileira, é possível percebermos através de uma pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 que nos fornece uma estatística comprovando que o nível de rendimento dos filhos está associado à escolaridade do pai e da mãe e como a reprodução social acontece entre as gerações assim como a titularidade educacional e o capital cultural dos pais reflete diretamente na titularidade e renda das próximas gerações com escolaridade semelhante, observa-se que os rendimentos são, em geral, mais elevados para aqueles com pais mais escolarizados.

Os resultados indicam que o nível de escolaridade das pessoas ocupadas está bastante associado ao nível educacional alcançado por seus próprios pais. Além disso, ao comparar indivíduos com escolaridade semelhante, observa-se que os rendimentos são, em geral, mais elevados para aqueles com pais mais escolarizados. Cabe ressaltar, no entanto, que de forma alguma essa constatação sugere que a escolaridade do informante não tem relevância para seu rendimento - afinal, a variação observada no rendimento médio das pessoas investigadas é também significativa à medida que ocorre a melhoria de seu nível de instrução, o que demonstra uma conjunção de fatores. Ademais, não se pode ignorar que o *background* familiar das próximas gerações dependerá do incremento da educação que ocorre no presente momento, conseqüentemente impactando o rendimento

médio de outras gerações, mantida esta lógica. (IBGE – PNAD, 2014, p. 34).

Comparando os dados apresentados pelo IBGE (*idem*, p.38), também notamos uma importância mais significativa da presença da mãe na fase de escolarização, mais da metade dos filhos (51,4%) tiveram ascensão sócio ocupacional em relação à mãe (mobilidade intergeracional), enquanto 47,4% ascenderam em relação ao pai. A presença da mãe no domicílio contribuiu para um nível mais elevado de escolarização dos filhos.

De acordo com a pesquisa PNAD “a mobilidade pode ser intergeracional, mobilidade de sócio ocupação dos filhos em relação aos pais ou intrageracional, resultado da mobilidade dos indivíduos ao longo de sua carreira. Com esses dados conclui-se a importância do conceito de capital cultural utilizado por Bourdieu e outros tantos autores.

Para Bourdieu “o capital cultural é um ter que se tornou a ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*”. O capital cultural determina lugares sociais a serem ocupados e isso não é nitidamente percebido pelo senso comum, mas a leitura dos dados apresentados permite interpretar que as mães parecem intuitivamente dispostas a deixar uma herança de empoderamento através do capital cultural.

O sistema educacional cria uma aparência de neutralidade, porém segundo Sacristán “o projeto cultural e de socialização que a escola tem para seus alunos não é neutro” (2000, p. 17). A partir do currículo escolar se refletem os interesses dentro de uma sociedade e é através deste que se repassa os valores morais, étnicos, religiosos e assim por diante. Nesse ponto é importante questionar quem constrói currículos. Quais são suas origens sociais e como estão colaborando para dar continuidade a reprodução social. Quais seriam as estratégias necessárias para validar saberes mais democráticos, no sentido de representarem a real diversidade sociocultural de um povo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de estudos sobre a teoria de Bourdieu foi possível observar que com o aumento e democratização do ensino superior surgem novas questões a serem discutidas na educação em seu papel de reprodução social.

Para demonstrar esse aspecto foram utilizados dados em que observamos como o acesso a diferentes vivências culturais na escola podem influenciar a vida futura de um indivíduo. Assim temos, por exemplo, o capital cultural que para Bourdieu define a ascensão escolar até a universidade e posteriormente na vida profissional. A escola reproduz o padrão cultural das classes superiores através da violência simbólica sem criar estratégias mais equitativas de acesso a esse capital. Sendo assim crianças que não tiveram acesso amplo ao capital cultural disponível, no futuro terão menos oportunidades de um possível ingresso na universidade. Caso consigam, terão menores chances de se promoverem dentro da universidade e finalizarem o curso. Caso consigam, serão de alguma maneira excluídos da sociedade, ou vistos como alguém sem legitimidade para ocupar posições hierarquicamente superiores.

Em apontamentos de estatísticas recentes foi comprovado que o nível de rendimento escolar dos filhos está associado à escolaridade do pai e da mãe e ao compará-los, percebe-se que a mãe possui uma maior influência no nível do rendimento escolar. É um dado importante que pode ser ainda explorado em investigações futuras e permite novos recortes em nossa compreensão sobre a relação entre família, escola e sociedade na perspectiva de uma leitura crítica.

Uma das teses centrais da sociologia da educação de Bourdieu é a de que os alunos não podem competir em condições igualitárias na escola pois trazem consigo uma bagagem social e cultural diferenciada, e isto domina os processos sociais dentro das universidades e posteriormente no mercado de trabalho. A desigualdade de oportunidades começa na infância e permanece durante toda a trajetória escolar, e é através da educação que o Estado pode colaborar ativamente para a reprodução e a manutenção do poder de uma classe sobre toda a sociedade. A adoção de políticas públicas que democratizam o acesso aos títulos educacionais não pode ser assim, tomada como a única ferramenta a disposição das transformações rumo a uma sociedade mais equitativa.

Ao questionar a neutralidade da escola afirmando que gostos, crenças e valores dos grupos dominantes são apresentados como cultura única, Bourdieu

permite a reflexão sobre a educação e seu potencial transformador devem abrir perspectivas para discussões críticas sobre currículos e a organização dos saberes escolares. Assim entendemos que, sem diversidade de pensamentos, é impossível existir uma democracia justa e efetivamente participativa. O ingresso ao ensino superior por si só não desconstrói *habitus* e a institucionalização dos saberes da classe dominante como alvo que pode permanecer dessa forma, inatingível. Assim, se faz necessário refletir sobre o papel da escola e do professor em uma sociedade que se compromete com a educação emancipadora e igualitária onde a escola seria uma agência de mudança social. Com Bourdieu, percebe-se que a instituição escolar não está alheia aos aspectos estruturais de uma sociedade, e toda produção de conhecimento e saberes que dela resultam, são intimamente relacionados com os padrões de hierarquia social, podendo colaborar de forma direta com sua reprodução. Tal reflexão não deve prescindir, portanto de um olhar atento para mudanças efetivas na organização de currículos, como estratégia fundamental para que os títulos educacionais cumpram papel efetivo enquanto geradores de transformação social e não meros reprodutores.

Em uma sociedade onde o padrão de renda está associado aos títulos escolares obtidos pelos próprios sujeitos, e sobre os quais incide a interferência dos títulos obtidos pelos pais, vemos a escola como instituição que deve estar comprometida com a possibilidade de oferecer de fato, ao conjunto da sociedade, oportunidades mais democráticas não apenas de ascensão social, mas também de representatividade da diversidade de saberes. Assim essa mesma escola poderia ter um papel determinante na estrutura de *status* que uma sociedade constrói a partir do conjunto amplo de seu capital cultural e de como ele é distribuído.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio; REGO, Teresa. **Bourdieu pensa a educação**: a escola e a miséria do mundo. São Paulo: Editora Segmento, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento científico**. São Paulo. Atlas, 2000.

_____. **Sociologia da Educação**: sociedade e suas oportunidades. Brasília: Plano Editora, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD)**. Mobilidade Sócio-Ocupacional 2014. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98815.pdf>>. Acesso: 02 nov. 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior 2015**. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2015/Apresentacao_Censo_Superior_2015.pdf>. Acesso: 02 nov. 2017.

HILSDORF, Maria Lucia S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2013.

KINCHESCKI, Ana Paula de Souza et al. **Escola Violência simbólica e meritocracia em grupos escolares do Sul de Santa Catarina**: algumas reflexões a partir de Pierre Bourdieu. Disponível em:
<<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/3678>>. Acesso: 10 mar. 2017.

LEMOS, Ana Heloísa et al. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368-384, jun. 2009. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5125>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MENDONÇA, Adalton da Motta et al. **Educação e Reversão Social em Bourdieu**. Disponível em:
<<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/2187>>. Acesso: 27 fev. 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice et al. **A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu**: Limites e Contribuições. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso: 17 mar. 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice; Nogueira, Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PETROSKI, Izabela A. O rendimento escolar e o capital cultural que estrutura os alunos de Pedagogia na UNEMAT em Sinop. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 4 (17. ed.), p. 180-190, nov./dez. 2015. Disponível em:

Revista Even. Pedagog.

Número Regular: Sociologia da Educação

Sinop, v. 9, n. 3 (25. ed.), p. 1244-1264, nov./dez. 2018

<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2004/1613>>.

Acesso: 14 out. 2017.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

STIVAL, Maria Cristina; FORTUNATO, Sarita. Dominação e Reprodução na Escola: Visão de Pierre Bourdieu. Anais **EDUCERE**. 2008. Disponível em:

<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/676_924.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.